

O QUE AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES PENSAM ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

MAEWA MARTINA GOMES DA SILVA E SOUZA¹

RESUMO

Acredita-se que as concepções acerca da deficiência intelectual têm implicações significativas sobre a forma como os deficientes são tratados ao se relacionar com outras pessoas. Assim sendo, objetivamos apresentar as concepções de deficiência intelectual relatadas por 105 crianças e adolescentes de 4 a 16 anos de idade, matriculadas em escolas de cidades do Estado de São Paulo. A coleta de dados deu-se por intermédio de um questionário. Os dados foram analisados qualitativamente. Os resultados apresentam um enorme desconhecimento dos participantes, sendo que a falta desses conhecimentos ocorre mesmo em ambientes considerados inclusivos.

PALAVRAS CHAVE: Deficiência Intelectual; Concepções; Inclusão Social e Educacional.

INTRODUÇÃO

Questiona-se as concepções de deficiência de crianças e adolescentes sem deficiência, por estarem intrinsecamente ligadas ao processo de inclusão, que refere-se às interações entre pessoas que possuem concepções e atitudes construídas socialmente ao longo das histórias de suas vidas.

Para Manzini e Simão (1993), o aprofundamento dessas questões ocorreu na medida em que a deficiência deixou de ser vista como um atributo das pessoas e passou a ser analisada também por meio de uma perspectiva social e cultural, acrescentando que essas atribuições podem ser diferentes de pessoa para pessoa, em função das diferentes culturas, considerando-se que várias são as concepções que podem emergir acerca das deficiências.

Omote (1994) ressalta a importância de se buscar compreender como os sujeitos interpretam as deficiências, organizam suas percepções em relação a elas e constroem suas relações interpessoais com os deficientes. De acordo com o autor, estudos nesse sentido, que

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo INDEP/Marília e especialista em Atendimento Educacional Especializado pela UNESP/Marília. Pedagoga com habilitação em Deficiência Intelectual pela UNESP/Marília. Endereço eletrônico: maewa_martina@yahoo.com.br. Telefone: (14) 96222777.

se preocupam com as relações sociais e a diversidade humana, podem ampliar a compreensão sobre pessoas deficientes e não deficientes. Assim, a compreensão de tais interações pode levar ao desenvolvimento de estratégias que facilitem o estabelecimento de relações mais justas a todos, a partir do respeito à diversidade.

Segundo Vieira (2006), as concepções e as atitudes sobre deficiência que norteiam teorias e práticas têm implicações significativas sobre a forma como as pessoas com deficiência são tratadas nas relações cotidianas, bem como sobre a organização e a prestação de serviços a essa população.

Considerando essa problemática, muitos estudos têm sido feitos buscando identificar e descrever as concepções acerca de deficiências, assim como as atitudes que são apresentadas diante desse tema. (LEWIS, 1995; MARQUES *et al.*, 1997; MARTINS, 1999; DIAMOND e KENSINGER, 2002).

Dessa forma, considerando os dados históricos e as múltiplas facetas que compõem a inclusão escolar e social, assim como os vários determinantes das dificuldades manifestas pelo aluno deficiente no seu processo de inclusão, interessou-nos investigar, neste estudo, uma das vertentes dessa temática, as concepções de crianças e adolescentes acerca da deficiência mental.

MÉTODO

Participantes

Participaram do estudo 105 alunos com idade entre 4 e 16 anos, sendo do gênero masculino e feminino, regularmente matriculados no I e II Ciclo do Ensino Infantil e no I e II Ciclo do Ensino Fundamental, de duas cidades do interior do Estado de São Paulo.

Material

A coleta de dados deu-se por intermédio de um questionário que foi elaborado tendo como base outro construído por Magiati, Dockrell e Logotheti (2002).

Sobre o questionário, suas 16 questões contemplam a investigação da concepção de deficiência que as crianças têm, envolvendo os seguintes aspectos, sendo eles, conhecimentos acerca da temática, causas, implicações e possibilidades de interação com as pessoas deficientes.

Para o presente estudo apresentaremos a análise de apenas uma questão, sendo a mesma dedicada à concepção de deficiência mental.

Procedimentos de coleta de dados

O estudo teve aprovação da direção das escolas e com isso teve a aprovação do Comitê de Ética na Pesquisa.

Durante a coleta de dados apenas para as crianças do primeiro e do segundo ano fez-se necessário verbalizar o questionário, gravando as entrevistas, pois esses participantes não eram alfabetizados ou encontravam-se em processo de alfabetização. Com relação aos demais participantes, eles responderam diretamente no instrumento, sem a intervenção direta da responsável pelo estudo.

Para o tratamento dos dados, realizou-se a transcrição das respostas encontradas no instrumento, o questionário que foi elaborado tendo como base outro construído por Magiati, Dockrell e Logotheti (2002) e posteriormente foi efetuado a categorização dessas respostas.

Procedimentos de análise de dados

O questionário permite uma análise quanti-quali, sendo possível fornecer escores para as perguntas fechadas e para as demais questões fez-se necessário utilizar o método de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), considerando que esse método dedica-se ao universo de fenômenos que apoia-se na relevância dos aspectos subjetivos das ações sociais, bem como culturais, ao utilizar-se de construção de categorias.

Especificamente nesse estudo, por termos utilizado apenas a questão destinada à verificação da concepção não foi atribuído valores, apenas fez-se o processo de categorização.

Realizou-se também comparações entre a frequência das categorias das respostas encontradas, considerando a variável idade dos participantes por intermédio da prova de Qui-quadrado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com as respostas fornecidas pelos alunos, foi possível criar quatro categorias, sendo elas desconhecimento, ideia fantasiosa, informação equivocada e resposta favorável.

Na categoria desconhecimento, encontramos respostas tais como a do participante G1P1 “Não sei”; na categoria ideia fantasiosa encontramos respostas como a do participante G4P2 “É quando cai da árvore”; na categoria informação equivocada encontramos respostas como a do participante G5P9 “Eu acho que a criança deficiente mental seja uma pessoa que tem problema na cabeça”; na categoria resposta favorável encontramos respostas que podem ser representadas pela fala do participante G6P4 “Bom, eu tenho um tio deficiente mental, e as vezes ele dá ataques, é muito ruim, mas basta querer ajudar”.

Com essas categorias enquadraram-se todas as respostas dos alunos e fora feito a contagem de frequência, entretanto como entendemos que as três primeiras categorias, respectivamente são categorias de respostas desfavoráveis, unimos as mesmas em uma única e verificamos a diferença quantitativa entre as respostas desfavoráveis e favoráveis.

Segue a tabela abaixo com a evolução dessas diferenças encontradas.

Tabela 1: Tabela geral das concepções de deficiência mental separadas por grupo, ou seja, por ano escolar.

		G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11
Concepção	-	5	7	8	9	9	14	7	10	12	4	4
	+	0	0	1	0	1	2	2	1	2	4	3

Legenda: O símbolo – representa as repostas que não foram dadas ou que não corresponderam com a ideia exata ou próxima do que é cada deficiência, sendo as consideradas desfavoráveis. O símbolo + representa o conhecimento sobre cada deficiência, sendo as respostas favoráveis. Segue o número de participantes de cada grupo de alunos representados pelos anos escolares, 1º ciclo da Educação Infantil = 5; 2º ciclo da Educação Infantil = 7; 1º ano do Ensino Fundamental = 9; 2º ano = 9; 3º ano = 10; 4º ano = 16; 5º ano = 9; 6º ano = 11; 7º ano = 14; 8º ano = 8; 9º ano = 7.

Por fim, fez-se a comparação utilizando o teste de Qui-quadrado para independente da proporção, ou seja do número de participantes em cada grupo, apresentar a evolução das ideias de um grupo para o outro. A comparação 2 X 2, unicaudal, apresentou os seguintes resultados, $\chi^2 = 16,489$, o valor de $P = 0,086$, com 10 graus de liberdade. Com isso, pode-se afirmar que há diferença significativa entre os grupos, o que sugere haver evolução considerável na formação dos conceitos da faixa de 4 a 16 anos de idade. Entretanto, isso não se dá de modo progressivo, pois como percebe-se na tabela 1, essa evolução varia de grupo para grupo, ou seja de ano para ano escolar.

Os dados sugerem que de 4 a 5 anos não há concepção formada acerca da deficiência mental, contudo, está começa a ocorrer na faixa de 7 anos de idade, quando a criança encontra-se no 1º ano do Ensino Fundamental. Entretanto, percebe-se maior frequência em respostas desfavoráveis do que favoráveis.

Percebe-se que resultados semelhantes foram encontrados por Magiati, Dockrell e Logotheti (2002) que realizaram um estudo na Grécia, tendo como participantes 83 crianças com idade variando de oito a onze anos, sobre suas concepções de deficiência, que foram avaliadas por intermédio de entrevistas e por uma escala. Segundo os autores, muitas crianças apresentaram respostas inapropriadas ou não souberam responder às questões. Com relação aos tipos de deficiência, as crianças perceberam mais rapidamente as deficiências com características mais visíveis, sendo que, 70% foram deficiências físicas e apenas 18% problemas cognitivos ou mentais.

Tamm e Prellwitz (2001) realizaram um estudo na Suécia, tendo como participantes 48 crianças pré-escolares e do primário, buscando identificar as atitudes dessas crianças, utilizando desenhos e figuras para serem avaliados pelos participantes. As crianças indicaram atitudes positivas, tais como, disponibilidade para brincar e ajudar diferentemente de alguns estudos que mostram isolamento e rejeição (BATISTA e ENUMO, 2004; ROBERTS e ZUBRICK, 1993).

Em geral, percebe-se que assim como as pesquisas relatadas encontra-se um enorme desconhecimento por parte das crianças e dos adolescentes, sobre os conceitos de deficiência. Ressalta-se que isso ocorre mesmo com o convívio, com a inserção dos deficientes nas salas regulares, situação na qual acredita-se que propicia uma influência (positiva ou negativa) entre as pessoas.

Entende-se que durante esse processo há assimilações de informações equivocadas ou até mesmo a ausência delas, possibilitando a criação de ideias fantasiosas sobre a deficiência, o que contribui para a construção de estereótipos. A falta desses conhecimentos ocorre mesmo em ambientes inclusivos, demonstrando a necessidade de estudos mais aprofundados sobre esse tema (FERREIRA, 1998; MARTINS, 1999).

Pensando então nas contribuições que esse estudo pode trazer para a área da Educação Especial, entende-se que deve-se primeiramente preparar uma sala de aula para então posteriormente receber um aluno deficiente; o segundo passo seria a modificação dessa concepção, tendo em vista a idade e a necessidade da sala e o terceiro passo então, seria a inserção dos alunos deficientes nas salas regulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão não se resume em apenas matricular alunos com necessidades educacionais especiais em uma sala regular e sim implica na reorganização de todo sistema educacional, o que acarreta na revisão de antigas concepções educacionais e de currículo, na busca de possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos.

Para Baleotti (2006), a inserção de alunos deficientes no ensino comum, se determinada apenas por imposição legal, não assegura que eles serão bem acolhidos pelo professor e colegas da classe, nem lhes garante ensino de qualidade mediante adequações que atendam às suas particularidades e necessidades especiais. O fato de o aluno estar dividindo o mesmo espaço físico, no caso a classe comum, não é indicativo de que ele esteja integrado ao grupo. A segregação ou inclusão dependerá, em grande parte, do tipo de relação estabelecida entre o aluno deficiente, o professor e seus pares não deficientes.

Concorda-se com a autora em se crer que pior que as barreiras físicas, são as barreiras atitudinais, que são encontradas nas escolas e na sociedade. Logo, para que se quebre essa resistência ou que ao menos diminua, é necessário que as pessoas e em especial, os profissionais da área da educação, junto da saúde, aprofundem seus conhecimentos acerca de cada deficiência.

Portanto, dentro dessas propostas de educação inclusiva é de extrema importância o entendimento acerca das concepções em relação ao processo de inclusão escolar do aluno deficiente.

Contudo, ressalta-se para se chegar a tais conclusões, nosso estudo se pautou em dados empíricos mensurados através de alguns instrumentos, que também apresentam falhas e que passarão por novas avaliações, para se compreender, com maior fidedignidade as concepções dos participantes acerca das deficiências.

Destaca-se também a relevância social e acadêmica dessa pesquisa empírica, devido à escassez de literatura sobre o assunto, literatura essa que busque contribuir para fomentar discussões calcadas em dados concretos acerca da concepção das deficiências.

REFERÊNCIAS

BALEOTTI, L. R. *Um estudo do ambiente educacional inclusivo: descrição das atitudes sociais em relação à inclusão e das relações interpessoais*. 2006. 183 f. Tese (Doutorado em

Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: 1977.

BATISTA, M. W.; ENUMO, S. R. F. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. *Estudos psicológicos*, Natal, v. 9, n.1, p. 101-111, jan/abr. 2004.

DIAMOND, K.; KENSINGER, K. Vignettes from Sesame Street: preschooler's ideas about children with Down Syndrome and physical disability. *Early Education and Development*, v. 13, n. 4, p. 409-422, Oct. 2002.

FERREIRA, S. L. *Aprendendo sobre deficiência mental: um programa para crianças*. São Paulo: Memnon. 1998.

LEWIS, A. *Children's understanding of disability*. London: Routledge, 1995.

MAGIATI, I.; DOCKRELL, J. E.; LOGOTHETI, A. E. Young children's understanding of disabilities: the influence of development, context, and cognition. *Applied Development Psychology*, v. 23, p. 409-430, 2002.

MANZINI, E. J.; SIMÃO, L. M. Concepção de professor especializado sobre a criança deficiente física: mudanças em alunos em formação profissional. *Temas em Educação Especial*. N.2, p. 25 – 54. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1993.

MARQUES, L. P. et al. A concepção infantil da deficiência. *Temas sobre desenvolvimento*, v.6, n.5, p. 8 – 14, nov/dez. 1997.

MARTINS, G. A. H. A integração do deficiente na classe comum: o ponto de vista de graduação - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1999.

OMOTE, S. Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido. *Revista Brasileira de Educação Especial*, V. 1, (2), 65–73, 1994.

ROBERTS, C.; ZUBREICK, S. Factors influencing the social status of children with mild academic disabilities in regular classrooms. *Exceptional children*, New York, v. 59, .3, p. 192-202, dec/jan. 1993.

TAMM, M.; PRELLIWITZ, M. If I had a friend in a wheelchair: children's thoughts on disabilities. *Child: Care, Health and development*, v. 27, n. 3, p. 223-240, 2001.

VIEIRA, C. M. *Programa informativo sobre deficiência mental e inclusão: efeitos nas atitudes e concepções de crianças não-deficientes*. (Dissertação de Mestrado) São Carlos, UFSCar/PPGEEs, 2006.